



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região

Cumprimento de sentença **0024134-29.2024.5.24.0076**

Tramitação Preferencial
- Pagamento de Salário

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 25/03/2024

Valor da causa: R\$ 61.686,19

Partes:

EXEQUENTE: ISABELLY VITORIA FREITAS DOS SANTOS

ADVOGADO: Bianca Della Pace Braga

ADVOGADO: CAMILA LESCANO OSORIO

EXECUTADO: ELIZANGELA PEREIRA RAMOS - ME

ADVOGADO: SUZANA DE CARVALHO POLETTO MALUF

EXECUTADO: SANDRO MATHEUS RAMOS DE ANDRADE LTDA

LEILOEIRO: TARCILIO LEITE



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
VARA DO TRABALHO DE JARDIM
CumSen 0024134-29.2024.5.24.0076
EXEQUENTE: ISABELLY VITORIA FREITAS DOS SANTOS
EXECUTADO: ELIZANGELA PEREIRA RAMOS - ME E OUTROS (1)

EDITAL DE LEILÃO

A Dr.^a ANNA PAULA DA SILVA SANTOS, Juíza Titular da Vara do Trabalho de Jardim, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER E TORNA PÚBLICO que se realizará **LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO**, da Vara do Trabalho de Jardim, com início do leilão a partir da publicação deste edital e a realização em **13 de novembro de 2024**, com encerramento à partir das **10h30min (horário de Brasília)**.

Terá como leiloeiro o Sr. Sr. **Tarcilio Leite** e será realizado pelo site www.casadeleiloes.com.br, do bem abaixo relacionado, objeto da penhora no processo em referência, na guarda e conservação da depositária ELIZANGELA PEREIRA RAMOS - CPF: 003.651.261-36

Bem(ns): Imóvel de Matrícula nº 7.198, do RGI de Bonito, medindo 12,50 m de frente por 30 m da frente aos fundos, de ambos os lados, totalizando 375 m², com os limites e confrontações descritos na respectiva matrícula.

Benfeitorias: dois salões comerciais de alvenaria medindo, respectivamente, 88,63 m² e 185,34 m².

Total da avaliação, incluídas as benfeitorias: R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais).

Quem pretender arrematar ou adjudicar, deverá estar ciente de que:

1) Para o primeiro leilão deverá ser observado lance mínimo de 100% do valor da avaliação. Para o segundo leilão deverá ser observado o preço mínimo de 60% para bens imóveis e 50% para móveis e semoventes.

2) DOS LANCES PELA INTERNET: Para ofertar lances pela internet os interessados deverão efetuar cadastro prévio, confirmar os lances e recolher a quantia respectiva na data designada para a realização da praça e leilão,

respectivamente, por intermédio do sítio www.casadeleiloes.com.br, para fins de lavratura do termo próprio.

3) Nos termos do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, art. 908, §1º do CPC, art. 1.430 CCB e artigo 110 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, **o(a) arrematante receberá o bem livre de quaisquer ônus tributários**, inclusive débitos de IPTU e IPVA, uma vez que se sub-rogará no preço da venda.

4) Também **não será transferido** ao arrematante eventual **ônus relativo à hipoteca** sobre o bem imóvel, conforme art. 1.499, VI, do Código Civil.

5) As **despesas de transferência** do bem penhorado, que não se enquadrem nas previsões antecedentes, tais como custo de registro no Cartório de Registro de Imóveis, transferência junto a órgão de trânsito, ITBI, entre outras, **correrão por conta do arrematante**. Da mesma forma, eventuais **despesas decorrentes da remoção** dos bens correrão por conta e risco do lançador, assim como **despesas condominiais**.

6) À arrematação e adjudicação aplicam-se os preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho, da Lei n.º 5.584, de 22.06.70, da Lei n.º 6.830, de 22.09.80 e do Código de Processo Civil, observada a omissão, compatibilidade e utilidade à execução.

7) No caso de arrematação, será devida comissão ao Leiloeiro, **no importe de 5%** (cinco por cento) sobre o lance vencedor, e será paga pelo arrematante juntamente com o sinal de que trata o art. 888, § 2º da CLT, salvo concessão do Leiloeiro. Não será comissão ao leiloeiro em caso de anulação da arrematação ou resultado negativo do leilão, devendo referido valor ser devolvido pelo leiloeiro em até 10 dias depois de recebida comunicação do juízo da execução.

8) Será devida **indenização de 2%** (dois por cento) ao leiloeiro, para ressarcimento das despesas realizadas, a cargo do executado, calculada sobre o valor da dívida ou da avaliação, o que for menor, se ocorrer transação ou remissão da dívida, se essa ocorrência se der após a publicação do edital, desde que o leiloeiro tenha providenciado a ampla divulgação do ato. A homologação de eventual acordo estará condicionada a apresentação com a respectiva petição de pagamento dessa indenização, além das custas e outras despesas processuais.

9) O arrematante deve garantir seu lance mediante depósito do sinal de 20% (vinte por cento) do respectivo valor, complementando-o em 24 horas, sob pena de perdê-lo em favor da execução. É facultado ao arrematante parcelar o valor da arrematação nos termos do art. 166, §1º, do Provimento Geral Consolidado do E. TRT

da 24ª Região, podendo ser solicitado no ato da arrematação e posteriormente analisado o pedido pelo Juízo, levando-se em consideração a peculiaridade de cada caso.

10) Os bem serão leiloados no estado que se encontram, competindo ao lançador verificar essa condição, não se admitindo arrependimento por esse motivo, nem sendo de responsabilidade da União/Justiça do Trabalho consertos, reparos, ou providência para entrega/retirada, embalagem e transporte. Eventual fotografia que ilustra o bem não importa necessariamente seu estado atual de conservação. QUANDO SE TRATAR DE BEM IMÓVEL, nos termos do art. 78 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, ressalva quanto à isenção do arrematante/alienante dos créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, salvo quando conste do título a prova de sua quitação, seja em hasta pública ou em alienação particular, estejam ou não inscritos na dívida ativa (art. 130, párafo único, do CTN).

E, para que chegue a conhecimento do(s) executado(s) ELIZANGELA PEREIRA RAMOS - ME - CNPJ: 10.237.050/0001-40 e SANDRO MATHEUS RAMOS DE ANDRADE LTDA - CNPJ: 31.485.670/0001-79, do(s) exequente(s), do(a) depositário(a) e demais interessados, mandei expedir o presente Edital, que será levado a público pelo Diário Oficial Eletrônico do E. TRT da 24ª Região e ainda afixado em local costumeiro neste Foro Trabalhista.

Observação: Caso as partes e o fiel depositário não sejam encontrados nos endereços constantes dos autos, desde já ficam intimadas da designação supra (Provimento Geral Consolidado, art. 161, § 2º).

JARDIM/MS, 05 de setembro de 2024.

ANNA PAULA DA SILVA SANTOS
Magistrado



Assinado eletronicamente por: ANNA PAULA DA SILVA SANTOS - Juntado em: 05/09/2024 18:56:25 - c151928
<https://pje.trt24.jus.br/pejkz/validacao/24090516400794700000026916941?instancia=1>
Número do processo: 0024134-29.2024.5.24.0076
Número do documento: 24090516400794700000026916941